

Ponto

de

Vista

## A ÉTICA E A POLÍTICA NA REPÚBLICA DE PLATÃO: a verdade como construção ético política

*José Assunção Fernandes Leite<sup>1</sup>*

A nossa pergunta inicial seria a seguinte: a ética e a política em Platão estão realmente fundadas em verdades?

Vejam os então, a verdade da qual Platão se utiliza para a construção da sua ética e para fundamentar a sua política em *A República*. Ao pensarmos sobre uma ética na República de Platão, primeiro devemos nos perguntar sobre o que é tratado na referida obra, que nos possibilita a pensar uma ética? Como se sabe, para os gregos, a ética está atrelada ao conceito de felicidade e a ela, por sua vez, depende do bem tomado como referência para o qual os homens devem mover-se. Desse modo, vejamos qual é o bem que Platão toma como referência de felicidade na cidade justa em *A República*.

Pela pergunta feita no diálogo, esse bem só pode ser a justiça. O esforço do filósofo vai ser o de compreender o que ela é nela mesma, pois é a justiça o fundamento tanto para o ser como para o conviver dos homens em uma polis que pretenda ser justa. Se o bem maior da polis é a justiça, Platão deverá responder as seguintes perguntas sobre ela: O que é a justiça nela mesma? Quais os sinais da justiça na polis? Onde a justiça se encontra? O que os homens possuem que os possibilitam a viver de forma justa?

---

<sup>1</sup> Prof. -Doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professor do Departamento de Filosofia da UFMA - Universidade Federal do Maranhão, contribui com o IESMA.

E por que os modelos, tanto de homens como de cidades tendem sempre a decaírem? Seguindo esse roteiro de perguntas, encontraremos na referida obra uma reflexão de Platão sobre uma ética e seu atrelamento com a política.

No princípio do diálogo, há uma conversa entre Sócrates e Céfalo que, de imediato, pode parecer muito simplória, mas que devemos olhar com certo cuidado, já que esse ancião vai fundar o problema a ser desenvolvido no diálogo. Em 328 d – 330 c vai se desenvolver o diálogo entre Céfalo e Sócrates. Em um primeiro momento, o ancião saúda Sócrates e expõe o prazer de tê-lo como um bom e velho amigo e comenta ao amigo, que não se furte de estar na presença dos mais velhos, pois com a idade os prazeres mudam e novos aparecem e, entre eles, o da conversa. Sócrates responde que por parte dele há o prazer também de estar junto dos mais velhos, pois é junto deles que devemos nos instruir e saber se esse percurso da vida foi ou não custoso. Para responder sobre o percurso da vida, Céfalo vai expor o seu ponto de vista sobre o que ele ouve nos grupos de amigos e pessoas de idade próximas à dele e a posição dele também.

Comenta o ancião que alguns lamentam com saudades dos prazeres da juventude, ao recordarem os gozos do amor, da bebida, da comida e outros da mesma espécie como se a privação de tais bens não os possibilitasse a viver bem na velhice. Outros lamentam pelos insultos que sofrem dos parentes, além das ladainhas sobre os males advindos com a velhice.

Céfalo apresenta um paradoxo ao afirmar que o seu grupo de convivas deve estar pondo culpa na causa errada, pois se a velhice fosse causa de tantos

males, ele também deveria se portar da mesma forma, mas não é o que acontece com ele e com alguns outros, tal como o poeta Sófocles que acha que a idade o libertou de algumas paixões que são como déspotas furiosos. Para o ancião, a causa não é então a velhice, mas o caráter de cada pessoa, pois se as pessoas fossem sensatas e dispostas tanto à velhice quanto à juventude, ela não seria penosa como alguns colocam.

Sócrates então apresenta uma questão para Céfalo. Que a maioria das pessoas não acredita no que ele expõe, mas acreditam que ele só aceita a velhice como um bem pelos haveres que ele possui e não pelo seu caráter. Céfalo comenta que realmente as pessoas têm essa percepção, mas que na realidade não estão de todo errado, pois viver na extrema pobreza nem os homens comedidos aguentariam, mas que a riqueza ajuda no processo. E ao questioná-lo sobre como obteve os seus haveres, Céfalo responde que uma parte foi herdada e outra foi adquirida.

O que chama a atenção de Sócrates é que o ancião não parece prezar muito a riqueza, tais como os homens que lutaram muito para adquiri-la, pois a convivência com homens desse porte é muito difícil. Então, o condutor do diálogo vai perguntar o seguinte: (330 d) qual é o maior benefício que o ancião julga ter usufruído graças à posse de uma abastada fortuna. Céfalo responde que tem sim um grande apreço a posse das riquezas, não para todos os homens, mas para os comedidos e prudentes. Esses não ludibriam, não mentem, nem ficam a dever sacrifícios aos deuses, para isso a posse das riquezas contribui em alto grau.

Para Sócrates, essa definição do caráter do homem comedido dada por Céfalo é uma qualidade da

justiça, no dizer a verdade e restituir o que se tomou de alguém. Então, fica o dito do ancião (331 d) que a justiça é dizer a verdade e restituir aquilo que se tomou de alguém. Dito isso, o ancião se afasta do diálogo para fazer sacrifício ao deus da casa e o diálogo continua entre Sócrates, Polemarco e Trasímaco.

Ora, se o que pretendemos discutir é sobre a felicidade, então em que o diálogo de Sócrates e Céfalos contribuiria para entendê-la? Céfalos apresenta questões que causam conflito na cidade: os prazeres, a idade, as riquezas e as diferenças de caráter. Só em um lugar em que existe conflito se precisaria pensar a justiça como um bem a ser atingido, já que os homens a buscam. Mas como ser feliz em uma cidade onde os conflitos imperam? Talvez seja fazendo exatamente aquilo que Céfalos já havia anunciado, dando a cada um o que é devido, mas não necessariamente dizendo a verdade.

Para dar a cada um o que é devido, primeiro se precisa saber quais as necessidades de cada um, para depois, entender o que seja a justiça nela mesma. Para tanto, Platão precisará criar imagens de proporções maiores e menores para que se possa visualizar o reflexo da justiça na imagem, pois sabemos que ela é pura ideia participando das coisas sensíveis. Como ideia, a justiça vai participar das coisas, então ele vai procurar compreender a participação dela em cada coisa. Primeiro vai verificar na alma, na passagem 353 d, ele faz a seguinte afirmação: "A alma tem uma função, que não pode ser desempenhada por toda e qualquer outra coisa que exista, que é a seguinte: superintender, governar, deliberar e todos os demais atos da mesma espécie".

Ora, mas sobre o que mesmo a alma vai governar? Primeiro, sobre si mesma, pois ela é uma unidade constituída de três partes: uma pela qual compreende (mantânomem), outra pela qual se irrita (tymoimeta) e por fim, a pela qual deseja sentir prazer por coisas como a alimentação (édonôn). Então, é da alma que nascem os desejos e os mais diversos para os homens, cabe a ela governar e deliberar sobre eles (ver Gazolla as três partes da alma). Essa é a imagem menor, onde a justiça ou a injustiça podem estar instaladas, uma como boa ordem e medida e a outra como desmedida, desproporção.

Já que temos uma primeira forma de governo, que é o da alma nela mesma se gerenciando, podendo ter em si uma boa ordem como modelo justo ou, uma desordem, como modelo injusto. Cabe-nos agora averiguar o problema deixado por Sócrates no final do Livro I (354 c), se quem possui a justiça é ou não feliz.

O primeiro passo é entender a expressão da justiça e da injustiça na alma. Céfalos observa esse sinal na alma quando identificou em alguns homens o caráter comedido e outro desmedido, logo se encontra nela a justiça e a injustiça participando. Tem-se uma alma que é constituída de partes diferentes, mas que mantêm essas partes, relações entre si, então Platão vai ampliar essa imagem da alma para a cidade, para verificar quem é mais feliz, o homem justo ou o injusto.

Então, inicia assim, no Livro II (369 c e seguintes) a criação de uma cidade em logoi fundada nas necessidades dos homens. Considerando como necessidade primeira os alimentos, segunda a habitação e terceira vestuário e coisas no gênero. Essa cidade simples, fundada apenas na realização das necessidades básicas e que produz apenas o necessário

por desejo dos dialogadores, expande-se (372 e) em produção, criando a excedência, já que a primeira é considerada muito simples para os homens.

Nessa primeira projeção da cidade, a justiça e a felicidade já estão plasmadas nela na forma de vida dos seus habitantes. Mas, ao ampliá-la, Platão vai ter de estabelecer uma regra geral para todos: 370 b, que “cada um de nós não nasceu igual a outro, mas com naturezas diferentes, cada um para a execução de sua tarefa.” Sendo assim, a cidade amplia-se em suas classes. Antes se tinham apenas os artesãos, agora serão necessário o guardião e o governante uma vez que vai precisar protegê-la e educá-la de uma forma a que todos executem apenas uma função, respeitando a sua potência específica.

Nasce, assim, o segundo modelo de cidade considerado justo, em que cada um dos seus membros exercerá apenas uma função para o seu bem e o da cidade. O artesão exercerá a sua função visando o seu bem e de todos e, em sendo um bom artesão, será um bom modelo para os demais que possuem a mesma potência para a artesanaria. Mas por que exercer apenas uma função? O que pretende Platão com tal regra? Ora, é na execução de sua tarefa que cada homem mostrará o seu caráter, logo o aperfeiçoamento da técnica significa o aperfeiçoamento do caráter de cada um. Assim, quando um artesão produz um sapato, ali não está apenas o produto, mas a expressão do seu caráter ao desejar o melhor produto para quem vai adquiri-lo.

É essa relação de aperfeiçoamento, tanto da técnica como do caráter de cada um, que vai conduzindo todos os estamentos a uma perfeição. Por exemplo, um bom guerreiro é um bom modelo para os demais

que possuem a mesma potência e assim como um bom governante para os futuros governantes também. Platão está sempre preocupado com os modelos e as cópias, não só no processo cognitivo, mas no processo de formação dos homens que devem habitar uma cidade onde todos estejam plenamente realizados.

Em uma sociedade onde não há conflitos de interesses, é perceptível a justiça plasmada nela, já que todos os desejos estão plenamente realizados. Para que esse objetivo seja concretizado, Platão obviamente precisou criar um modelo de educação que possibilitasse a formação de todos, pois ele tem consciência dos problemas que podem ser gerados por modelos, que não visasse à inclusão de todos para a construção da polis justa.

Ora, mas como manter uma cidade unida, já que ela é constituída por diferentes? Não foi o afirmado na passagem 370 b, que todos nós nascemos com natureza diferente. Essa é uma verdade para Platão. Então, o que impossibilitaria qualquer um dos estamentos como, por exemplo, os guerreiros, a não irem uns contra os outros? Aqui entra exatamente a contradição da tese deixada por Céfalo, o de que ser justo significa sempre dizer a verdade.

É, exatamente aqui, que Platão vai necessitar se utilizar do que ele chama de “nobre mentira” para fundamentar as diferenças e desenvolver nos cidadãos da cidade justa um sentimento que impossibilite a ação de uns irem contra os outros. Expõe o filósofo o seguinte: (414 c).

E agora, como arranjaremos maneira de, com uma nobre mentira, daquelas que se forjam por necessidades, e de que

há pouco falávamos, convencer disso, sobretudo os próprios chefes, e, se não for possível, o resto da cidade?

Platão sabe que vai precisar persuadir desde cedo os habitantes dessa cidade, para que vivam de forma que cada um exerça uma só função em benefício de todos. Sabendo que precisa construir um modelo, o mais justo possível, isso o faz descartar de certa forma a geração já comprometida, pois já tem instalado na alma modelos corrompidos. Então o referido filósofo vai se utilizar do mito das raças para fundamentar a diferença e criar o sentimento da *phília* ou irmandade nos habitantes da cidade justa.

Expõe, então, a seguinte narrativa (414 d – 415d):

[...] na verdade, tinham sido moldados e criados no interior da terra... como irmãos, nascidos da terra...Vós sois efetivamente todos irmãos nesta cidade...mas o deus que vos modelou, àqueles dentre vós que eram aptos para governar, misturou-lhes ouro na sua composição, motivo por que são mais preciosos; aos auxiliares, prata; ferro e bronze aos lavradores e demais artífices. Uma vez que sois todos parentes, na maior parte dos casos gerareis filhos semelhantes a vós, mas pode acontecer que do ouro nasça uma prole argêntea, e da prata, uma áurea, e assim todos os restantes, uns dos outros.

Esse mito deve ser ensinado desde cedo para todos, para saberem que a diferença não foi criada pelos homens, mas pelo próprio deus para facilitar a vida de todos. Por esse motivo, exercer a sua função o melhor possível é exercitar aquilo de melhor que

o deus lhe atribuiu. Logo, algo tão perfeito como os deuses jamais projetaria nos homens o pior, pois isso é contra a sua própria natureza divina. Dessa forma, Platão fundamenta a diferença e a unidade na cidade justa.

O modelo de cidade justa tem como referência a alma de cada um. Por esse motivo, Platão ao tratar das virtudes da cidade no Livro IV: temperança, coragem, sabedoria, vai afirmar que a justiça (443 b) é a força que produz homens e cidades. Expõe o filósofo que (443 d – e):

Na verdade, a justiça era qualquer coisa neste gênero, ao que parece, exceto que não diz respeito à atividade externa do homem, mas à interna, aquilo que é verdadeiramente ele e o que lhe pertence, sem consentir que qualquer das partes da alma se dedique a tarefas alheias nem que interfiram umas nas outras, mas depois de ter posto a sua casa em ordem no verdadeiro sentido, de ter autodomínio, de se organizar, de se tornar amigo de si mesmo, de ter reunido harmoniosamente três elementos diferentes, exatamente como se fossem três termos numa proporção musical [...].

Se os homens vivem de acordo com a natureza da alma e projetam essa natureza para a cidade, não contrário de um modelo externo para o interno tem, assim, a possibilidade de uma ordem justa. Sendo assim, os homens seguem a ordem interna da alma e a cidade é a projeção da alma dos homens. Dessa forma, o modelo inclui todos os habitantes da cidade em estamentos específicos de acordo com a potência preponderante da alma de cada um.

Se a justiça é a mesma da alma quanto da cidade, resta saber por que um modelo considerado justo se corrompe. Para Jaeger (1999, p.929) são dois os fatores que levam a cidade a se degenerar: um é a educação e o outro é a stasis, ou seja, uma revolta, uma discórdia nas partes da alma. São esses fatores que vão conduzir a alma e a cidade para a sua imperfeição. O processo inicia com a saída da forma de governo Aristocrático para o Teocrático, do Teocrático para o Oligárquico, do Oligárquico para o Democrático e do Democrático para o Tirânico. Todo esse processo de decadência é demonstrado por uma lógica interna da alma. Esse é um processo complexo que extrapola aqui o nosso objetivo. Toda essa transformação é exposta por Platão, para que pudesse entender qual dos homens é mais feliz, o justo ou o injusto. Nesse caso, ele chega à conclusão de que o homem justo tem o seu reflexo na forma de governo Aristocrático e é nessa unidade que está expressa a imagem do homem mais feliz. Já o Tirânico, é considerado o mais injusto e, portanto, o modelo mais infeliz.

Com isso exposto, chegamos à seguinte evidência: de que pensar uma ética em A República, é ter também de pensar as formas de governo, pois para Platão, o que temos de externo como modelo para governar não são nada mais do que projeções da alma. Essa projeção pode tanto ser uma boa ordem como uma desordem. Cabe a cada um pensar no modelo de cidade que habita e verificar, se o que ele tem projetado diante de si, não é exatamente o que ele tem internalizado na alma. Portanto, para Platão, a verdade do nosso caráter se expressa na ordem da cidade, mesmo que esteja fundada em uma nobre mentira.

## REFERÊNCIAS

PLATÃO. **A República**. Trad. M. H. Pereira, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.

REALE. Giovanni. **História da Filosofia Antiga**. Trad. Henrique Claudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1994. v.1-5.

TRABATTONI. Franco. **Platão**. Trad. Rineu Quinalia. São Paulo: Annablume, 2010.

TUGENDHAT. Ernst. **Lições sobre ética**. Petrópolis: Vozes. 2003.

JAEGER, Werner. **Paidéia**: a formação do homem grego. Trad. Arthur M. Pereira. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CARONE. Gabriela Roxana. **A cosmologia de Platão e suas dimensões éticas**. Trad. Edson Bini. São Paulo: Loyola, 2005.